



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE PAULÍNIA - 0087

[1501 a 2000 processos]

Entre os dias 19 e 20 do mês de junho de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 04/2017, divulgado em 17/4/2017 no DEJT (Edição 2208/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 1013). Presentes o Juiz Titular OSÉAS PEREIRA LOPES JÚNIOR e a Juíza Substituta LETÍCIA GOUVEIA ANTONIOLI. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	COSMOPOLIS, PAULÍNIA
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	30/08/1993
Data de Instalação do PJE:	14/08/2013
Data da Última Correição:	29/04/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	20 %
Acervo PJe/Acervo Total:	80 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
OSEAS PEREIRA LOPES JUNIOR	07/02/2011

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
28/03/2016 a 15/05/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
16/05/2016 a 14/06/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
23/05/2016 a 25/05/2016	COMPENSACAO TRABALHO BANCA EXAMINADORA
15/06/2016 a 16/08/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
02/07/2016 a 02/07/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
17/08/2016 a 15/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
16/09/2016 a 18/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
19/09/2016 a 20/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
21/09/2016 a 28/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
28/09/2016 a 17/10/2016	FERIAS
29/09/2016 a 09/12/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
17/11/2016 a 27/11/2016	SUSPENSAO DE FÉRIAS
17/11/2016 a 16/12/2016	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/04/2016 a 12/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ERIKA DE FRANCESCHI	21/09/2016 a 28/09/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FABIO CAMERA CAPONE	05/12/2016 a 06/12/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LETICIA GOUVEIA ANTONIOLI	07/01/2016 a 19/12/2016
LETICIA GOUVEIA ANTONIOLI	07/01/2017 a 12/06/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
15/06/2016 a 14/07/2016	FERIAS
19/10/2016 a 17/11/2016	FERIAS
05/12/2016 a 11/12/2016	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
12/12/2016 a 12/12/2016	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
13/12/2016 a 11/04/2017	LICENCA A GESTANTE
13/12/2016 a 11/04/2017	LICENCA A GESTANTE
12/04/2017 a 10/06/2017	PRORROGACAO LICENCA GESTANTE

NOME	PERÍODO
LUCIANE CRISTINA MURARO DE FREITAS	28/03/2016 a 15/05/2016
LUCIANE CRISTINA MURARO DE FREITAS	15/06/2016 a 16/08/2016
LUCIANE CRISTINA MURARO DE FREITAS	16/09/2016 a 18/09/2016

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/04/2016 a 12/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ROSELENE APARECIDA TAVEIRA	16/09/2016 a 18/09/2016
ROSELENE APARECIDA TAVEIRA	19/09/2016 a 20/09/2016
ROSELENE APARECIDA TAVEIRA	23/09/2016 a 25/09/2016
ROSELENE APARECIDA TAVEIRA	29/09/2016 a 09/12/2016
ROSELENE APARECIDA TAVEIRA	10/12/2016 a 19/12/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA LUCIA DE ALMEIDA E MELLO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	27/01/2014
ANA RUTE COSTA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/11/1998
CARMEN LUCIANITA DE SENE BARGAS GIAO	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	28/03/2014
ERNESTO CHUITI KUBO	TJA	FC-04 CALCULISTA	01/01/2007
GENI FERREIRA DE ALMEIDA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	10/02/2017
JOSE LUIZ FERREIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/09/1999
MARCIA SIMONE VEIGA SOARES	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	27/04/2006
RODRIGO MENEZES DA SILVA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	04/12/2015
ROSELI VICENTE COUTO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	03/06/2011
SIMONE FERNANDES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	11/01/2017
WALLACE DIEGO RESENDE	TJA	FC-02 ASSISTENTE	16/11/2016
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			13-14



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	70
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	7
TOTAL	79



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
DAIANA ZUILA SILVA PEREIRA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2017
RAMILDO LEITE DE SANTANA FILHO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [30/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
LUCIANE CRISTINA MURARO DE FREITAS	18
OSEAS PEREIRA LOPES JUNIOR	25
ROSELENE APARECIDA TAVEIRA	30

SERVIDORES	HORAS
CARMEN LUCIANITA DE SENE BARGAS GIAO	178
MARCIA SIMONE VEIGA SOARES	95
RODRIGO MENEZES DA SILVA	52
WALLACE DIEGO RESENDE	27



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.112	823	950
	Aguardando encerramento da instrução	598	712	701
	Aguardando prolação de sentença	212	124	108
	Aguardando cumprimento de acordo	52	280	159
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.864	3.060	3.600
	Pendentes de finalização	3.888	3.120	3.614
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	426	434	607
	Liquidados pendentes de finalização na fase	425	336	424
	Pendentes de finalização	733	620	872
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	852	826	702
	Encerrados pendentes de finalização na fase	389	485	484
	Pendentes de finalização	909	912	754
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	38	0
	TOTAL	5.530	4.690	5.242



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	363	299	108
Exceções de Incompetência	19	12	9
Antecipações de Tutela	239	249	5
Impugnações à Sentença de Liquidação	78	51	71
Embargos à Execução	159	106	98
Embargos à Arrematação	0	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	10	7	4
TOTAIS	868	724	296



6 - RECURSOS [04/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	934	743	253
Recurso Adesivo	52	50	14
Agravo de petição	97	66	32
Agravo de Instrumento	19	8	11
TOTAIS	1.102	867	310



7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	399	230	192	234
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.337	382	353	354
Total / Média	1.736	347	318	328

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	366	223	193	223
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.129	368	354	338
Total / Média	1.495	332	317	312

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	177	10	28	6
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	763	15	40	9
Total / Média	940	14	38	8

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	109	220	217	276
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	479	221	250	276
Total / Média	588	221	244	276

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	334	1.136	1.748	1.442
Do início ao encerramento da execução - ente público	61	1.872	929	1.889
Total / Média	395	1.249	1.658	1.512

*Do início até a extinção da execução

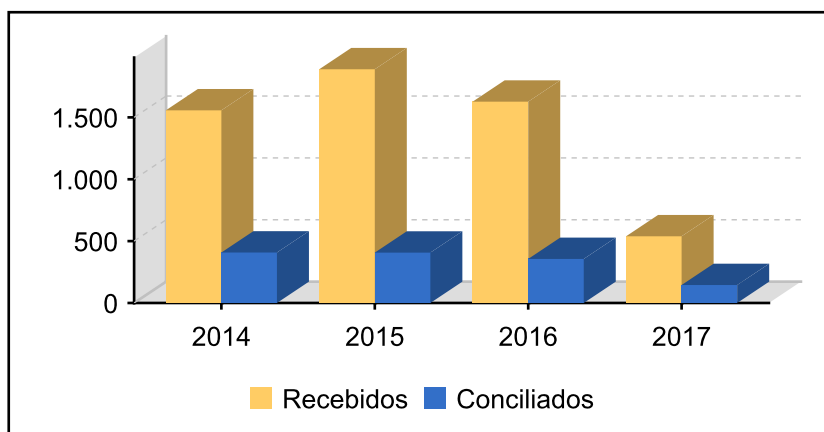


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

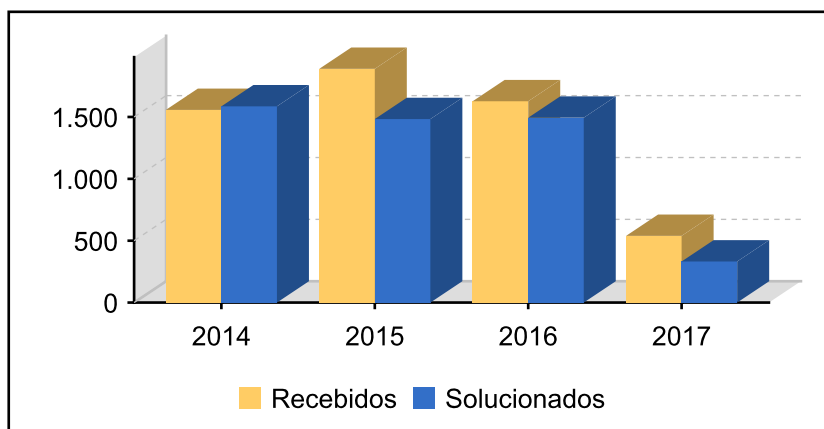
8.1 - Índice de conciliações [até 04/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	1.557	408	26,20
2015	1.889	407	21,55
2016	1.627	356	21,88
2017	539	145	26,90



8.2 - Índice de soluções [até 04/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.557	1.586	101,86
2015	1.889	1.483	78,51
2016	1.627	1.494	91,83
2017	539	332	61,60



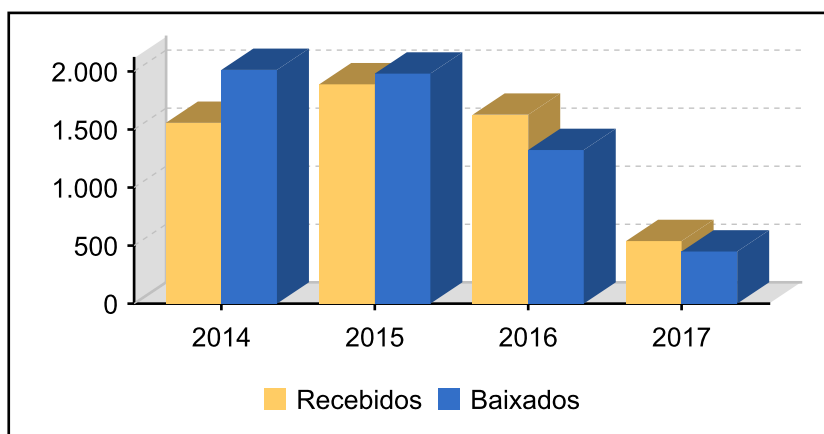


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

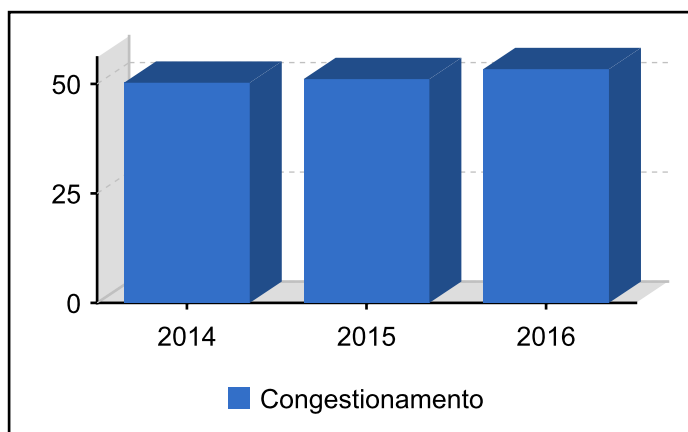
8.3 - Índice de baixas [até 04/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	1.557	2.013	129,29
2015	1.889	1.981	104,87
2016	1.627	1.323	81,32
2017	539	449	83,30



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.632	1.557	1.586	50,27
2015	1.144	1.889	1.483	51,10
2016	1.577	1.627	1.494	53,37



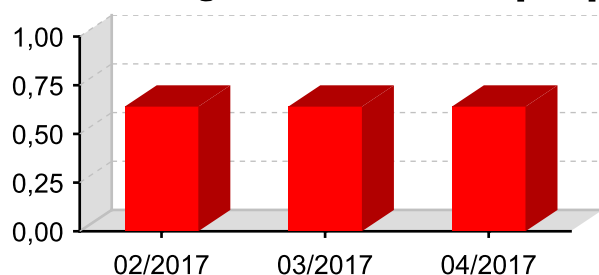


9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

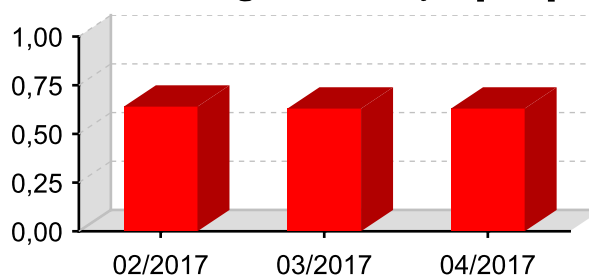
(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
02/2017	0,64	0,64	0,53	0,54
03/2017	0,64	0,63	0,55	0,55
04/2017	0,64	0,63	0,55	0,56

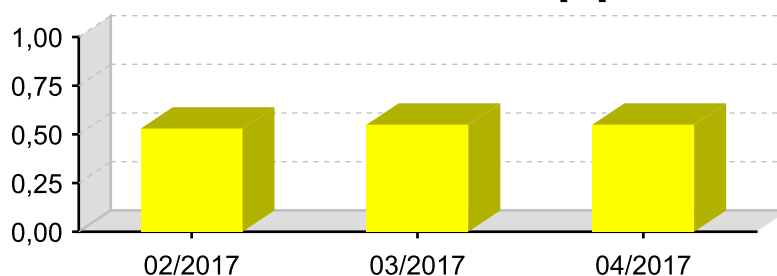
Taxa de Cong. no Conhecimento [TCC]



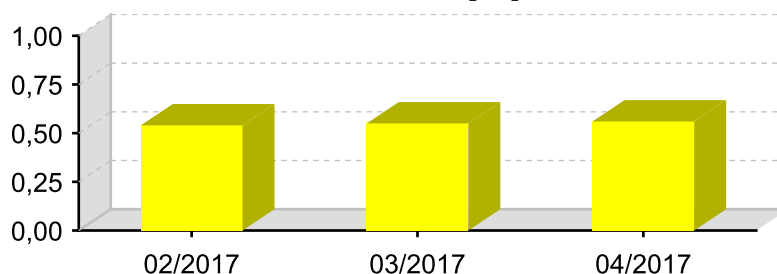
Taxa de Cong. na Execução [TCE]



Índice de Produtividade [IP]



Índice Geral [IG]





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	428	35,7	27,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	651	54,3	41,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.079	89,9	69,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	255	21,3	16,4
Incidentes Processuais Resolvidos	672	56,0	43,2
Dias-Juiz	467	38,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.677	64,3	41,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	26.470	68,9	44,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	51.147	133,2	85,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.408	21,9	14,1
Incidentes Processuais Resolvidos	17.709	46,1	29,7
Dias-Juiz	17.867	46,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

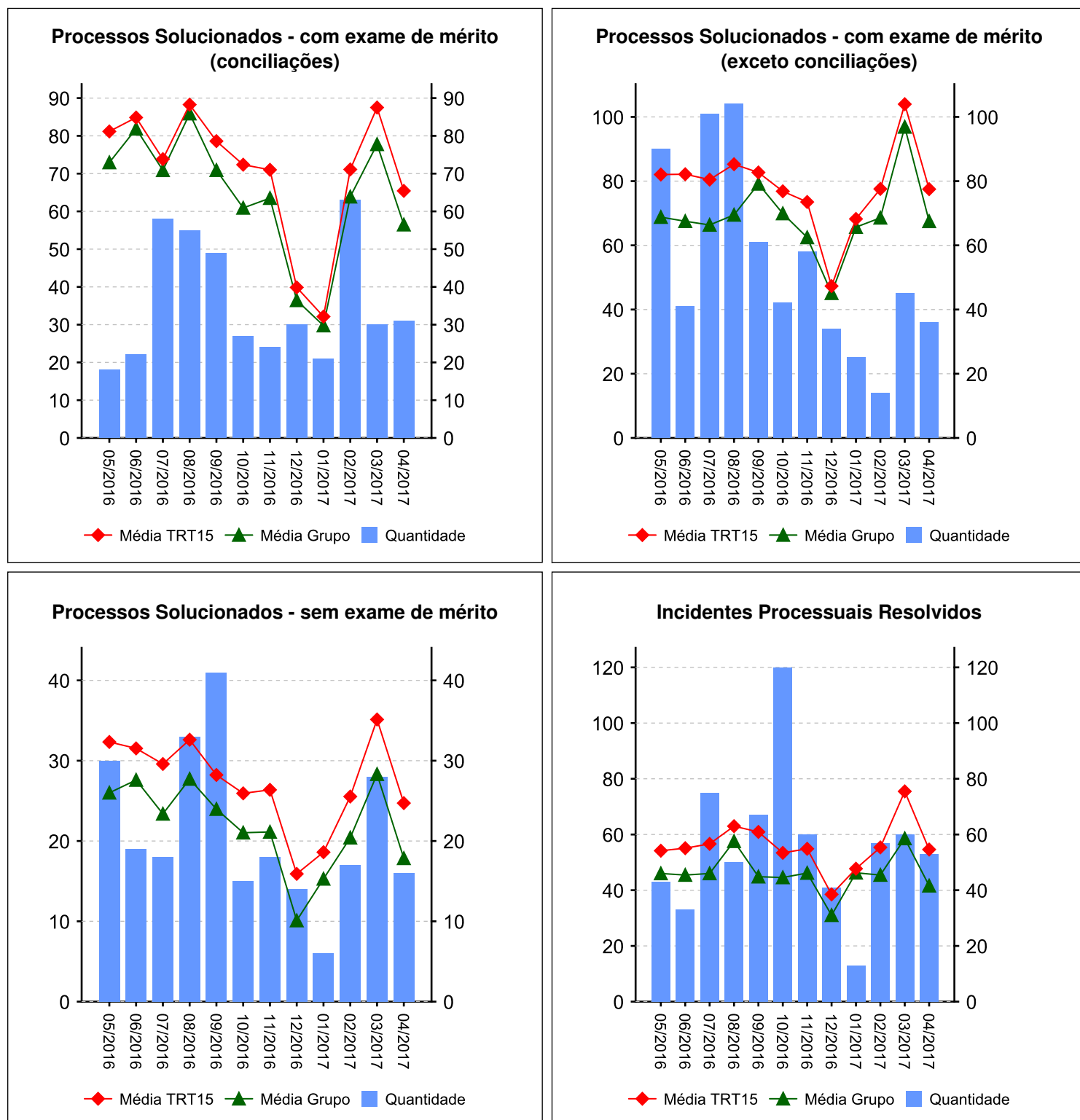
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.462	70,5	45,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	143.392	78,1	50,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	272.854	148,6	95,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.896	27,2	17,5
Incidentes Processuais Resolvidos	102.430	55,8	35,9
Dias-Juiz	85.633	46,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	458	38,2	29,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	353	29,4	22,7
Sessões de audiência realizadas - una	1.191	99,3	76,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	34	2,8	2,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	74	6,2	4,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.544	128,7	99,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	108	9,0	6,9
Dias-Juiz	467	38,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	23.149	66,5	38,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	17.725	46,2	29,8
Sessões de audiência realizadas - una	25.522	66,5	42,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	7.306	19,0	12,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	5.556	14,5	9,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	43.247	112,6	72,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	12.862	33,5	21,6
Dias-Juiz	17.867	46,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	119.011	69,8	41,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	92.613	50,4	32,4
Sessões de audiência realizadas - una	152.113	83,9	53,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	32.841	17,9	11,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	32.211	17,5	11,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	244.726	133,3	85,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	65.052	35,4	22,8
Dias-Juiz	85.633	46,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

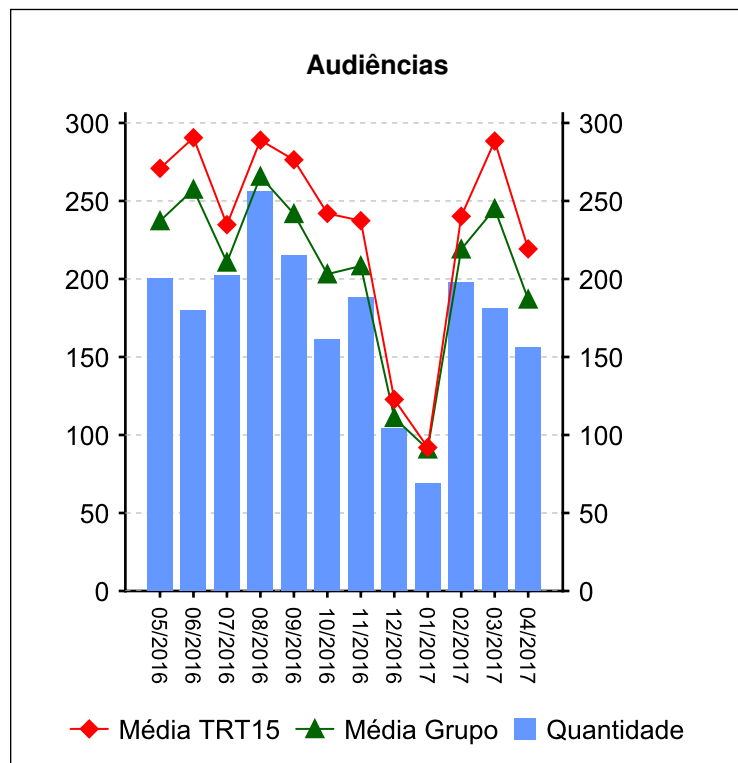


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

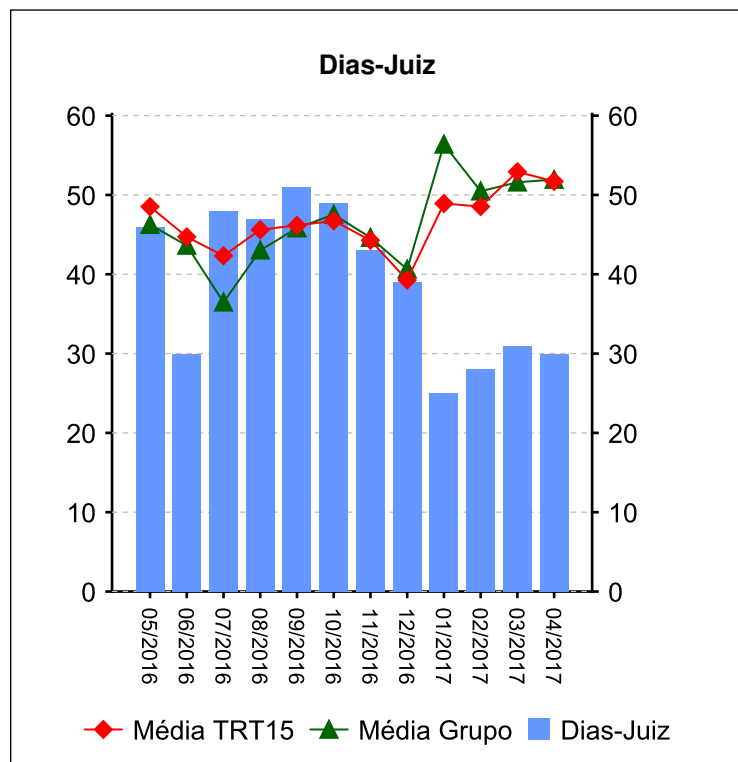
[05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2016	7	5	55	31	102	200
06/2016	13	26	39	24	78	180
07/2016	1	4	53	21	123	202
08/2016	0	3	66	21	166	256
09/2016	7	3	55	22	128	215
10/2016	0	0	48	28	85	161
11/2016	1	14	49	33	91	188
12/2016	0	0	27	19	58	104
01/2017	1	0	20	13	35	69
02/2017	2	15	25	40	116	198
03/2017	0	4	6	57	114	181
04/2017	2	0	15	44	95	156
Total	34	74	458	353	1191	2110



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
05/2016	46
06/2016	30
07/2016	48
08/2016	47
09/2016	51
10/2016	49
11/2016	43
12/2016	39
01/2017	25
02/2017	28
03/2017	31
04/2017	30
Média Mensal	38,9



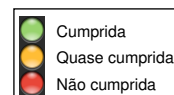
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

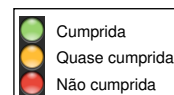
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
1627	1494	133	136	124	92 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

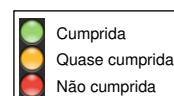
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1557	1401	1491	0	124	41	33 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
329	392	0	27	33	100 %





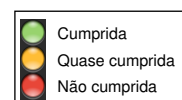
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

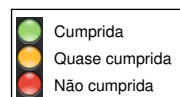
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
11	11	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
258	320	253	74 %





12 - ARRECADAÇÃO [04/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 165.124,62	R\$ 933.319,31	R\$ 5,53	R\$ 3.634.593,23



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2007	1
2012	10
2013	33
2014	82
2015	258
2016	1015
2017	523



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA)	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
1.691	1501 a 2000	13-14	11	12

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está abaixo dos parâmetros previstos na referida Portaria.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade e consulta realizada na Corregedoria)

	PJe*		SAP*
Data de corte:	30/4/2017	Data de corte:	30/4/2017
Saldo:	2.043	Saldo:	590
Data do mais antigo	5/3/2016	Data do mais antigo	6/4/2015
Total:		2.633	

**Consulta realizada no dia 12/6 /2017, entre 14/15 h.*



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,56.

Além disso, como indicado no item anterior, foi constatada a existência de saldo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011940-28.2015.5.15.0087, 0011473-49.2015.5.15.0087 e 0010361-16.2013.5.15.0087;

16.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 9/6/2017, verificou-se a existência de 573 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010613-82.2014.5.15.0087, 0010628-85.2013.5.15.0087 e 0010831-76.2015.5.15.0087);

16.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0000894-13.2013.5.15.0087, 0001242-02.2011.5.15.0087 e 0011247-78.2014.5.15.0087;

16.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora; a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.5 – há audiências designadas em quatro dias da semana, segundo consulta ao



PJ-e no período de 13/6/2017 a 12/6/2018;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 74 no período de 05/2016 a 04/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,60 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 1ª Vara do Trabalho de Paulínia apresenta 60% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 38,9 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (46,5).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (27,5) inferior à média de referido grupo (41,4). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês foi de 41,8, enquanto a média do grupo foi de 44,4.



Destaca-se que as Metas foram quase todas cumpridas, sendo que apenas as Metas 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) e 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento) não foram atingidas, tendo índice de cumprimento de 92% e 74%, respectivamente (item 11).

18 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e realizada em 12/6/2017, às 13h30, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	23/10/2017	-	133
UNAS	7/3/2018	303 (*)	268
INSTRUÇÕES	7/3/2018	1	268
CONCILIAÇÃO		-	
MEDIAÇÃO		-	

(*) Na data da consulta havia 301 processos nas caixas “Triagem inicial”, “Apreciar dependência” e “Valor incompatível” pendentes de análise, sem designação de audiência.

Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada, processos envolvendo Órgãos Públicos são excluídos de pauta. Feitos com pedido dependente de prova pericial têm audiência inicial e, nesse caso, a audiência de instrução é designada de imediato.

18.1 – Composição das pautas (fonte: Vara do Trabalho).

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	6	3	2			11
terça	manhã	6	3	2			11
	tarde	6	3	2			11
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						



	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã						
	tarde	6	3	2			11
quinta	manhã	6	3	2			11
	tarde	6	3	2			11
sexta	manhã						
	tarde						

Obs. Não há pauta específica para audiências de tentativa de conciliação. As audiências são acrescidas na pauta normal conforme a necessidade. O Juiz Titular da Vara presidiu as audiências de segunda a quinta-feira, no período de janeiro a junho de 2017, em virtude de licença maternidade da Juíza Auxiliar.

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

A gestora informou não serem adotadas, na Unidade, medidas de incentivo à mediação, apontando que não há pauta específica para audiências de tentativa de conciliação. As audiências são acrescidas na pauta normal, conforme a necessidade, incluindo-se processos em fase de liquidação e execução.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.



18.3 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 30/4/2017, tem alta produtividade de audiências unas e de instrução (99,2 – RARIA) se comparada com a média mensal do grupo (72,6 - RARIA), bem como com a média do TRT (85,7), de acordo com os atuais critérios adotados.

Verificou-se que do total de 2.110 audiências, 458 foram do tipo inicial, 353 de instrução, 74 de conciliações na execução, 34 de conciliação no conhecimento e 1.191 unas. Além disso, há audiências iniciais agendadas até 23/10/2017, UNA até 7/3/2018 e de instrução até 7/3/2018. Aguardam designação de audiências 303 processos.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. E a “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, implementada pela Vara do Trabalho de Itapira, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

Considerando o prazo do item 18 para realização de audiências unas e instruções, bem como a quantidade de feitos que aguardam a designação de audiências UNAS, determina-se que, em 15 dias, a unidade encaminhe para a Corregedoria plano de ação que possibilite a redução do prazo para seis (6) meses. O encaminhamento deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 2134/2017.

19 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017.



20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – utilizar a Tabela Dinâmica do SAP1G, se houver processos físicos, como instrumento de gestão dos feitos sem tramitação;

20.2 – utilizar a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

20.3 – utilizar, além dos agrupadores, também filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

20.4 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 do CPC (Lei 13.105/2015), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.5 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;



21.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

21.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foram integralmente cumpridas as de nº 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) e 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento);

21.6 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.7 – utilizar regularmente a ferramenta SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0001364-78.2012.5.15.0087	Ocorrência CPE	Na ocorrência desde 15/5/2017, dentro da variável 61 – processos aguardando o encerramento da instrução. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo imediatamente.
2	0025800-48.2005.5.15.0087	Ocorrência DES	Processo na ocorrência desde 19/8/2016. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito.
3	0000660-31.2013.5.15.0087	LNS	Processo na ocorrência LNS desde 30/5/2017. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR.
4	0000459-73.2012.5.15.0087	Ocorrência RCJ	Tramitação preferencial. Na ocorrência desde 7/11/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Dentro da variável 342 – aguardando finalização da fase de conhecimento. Dar prosseguimento ao feito.
5	0198700-52.1996.5.15.0087	Ocorrência RCJ	Na ocorrência desde 6/10/2015. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



			IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Dentro da variável 346 – aguardando finalização da fase de liquidação. Dar prosseguimento ao feito. Há outros 20 processos na mesma ocorrência.
6	0000432-90.2012.5.15.0087	Ocorrência ROS	Na ocorrência desde 19/5/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Dentro da variável 346 – aguardando finalização da fase de liquidação. Levar os autos à conclusão para deliberação quanto ao prosseguimento. Há outros 45 processos nesta ocorrência.
7	0000751-92.2011.5.15.0087	Ocorrência RCE	Na ocorrência desde 30/3/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Dentro da variável 353 – aguardando finalização da fase de execução. Dar prosseguimento ao feito.
8	0043900-51.2005.5.15.0087	Ocorrência ROJ	Na ocorrência desde 11/4/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Dentro da variável 353 – aguardando finalização da fase de execução. Dar prosseguimento ao feito. Há outros 36 processos na ocorrência.
9	0142900-82.2009.5.15.0087	Ocorrência PJE	Processo na variável 117 – embargos de declaração pendentes desde 11/12/2015. Determina-se a regularização. Há outros 8 processos nesta variável.
10	0001410-04.2011.5.15.0087	Ocorrência ROJ	Processo na variável 144 – impugnação à sentença de liquidação pendentes desde 25/6/2014. Determina-se a regularização. Há outros 4 processos nesta variável.
11	0000891-63.2010.5.15.0087	Ocorrência PZO	Processo na variável 150 – embargos à execução pendentes desde 7/8/2012. Determina-se a regularização. Há outros 23 processos nesta variável.
12	0011171-83.2016.5.15.0087	Tarefa Minutar despacho	Processo pendente desde 26/1/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo. Há outros 17 processos nesta tarefa.
13	0010181-97.2013.5.15.0087	Tarefa Recebimento de instância superior	Processo pendente desde 21/9/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo. Há 198 processos nesta tarefa.
14	0010524-54.2017.5.15.0087	Tarefa Valor incompatível	Processo pendente desde 19/4/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo. Há outros 6 processos nesta tarefa.
15	0010476-95.2017.5.15.0087	Tarefa Triagem inicial	Processo pendente desde 9/4/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo. Há outros 272 processos nesta tarefa.
16	0010022-57.2013.5.15.0087	Tarefa Cálculo	Pendente na tarefa desde 01/8/2016. Determina-se a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento.
17	0010702-08.2014.5.15.0087	Tarefa aguardando término dos prazos	Pendente na tarefa desde 28/3/2017 “aguardando término dos prazos”, mas não se encerrará automaticamente, pois na aba “expedientes” há prazo zerado. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento. Há outros 114 processos nessa tarefa, inclusive nas demais



			fases processuais.
18	0011537-93.2014.5.15.0087	Prazos vencidos	Pendente na tarefa desde 18/8/2016. Determina-se a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento.

23 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados de acordo com a fase processual em que atuam para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

a) Fase de Conhecimento

A Unidade adota o controle de perícias, inclusive, quanto a deter a agenda do perito, salvo quanto à intimação ao perito, ainda, realizada pela Unidade e por correspondência eletrônica. Nesse sentido, a Corregedoria orienta/insiste na adoção da prática, assim sugerida: primeiramente, cabe ao perito acompanhar suas nomeações e demais decorrências, uma vez que tem amplo acesso à designação, bastando a consulta em painel próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT (https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito).

Constata-se, ainda, a inobservância de prazo pelos peritos, sobretudo, os peritos médicos. Bem como, que há peritos que não prestam os esclarecimentos, eventualmente, requeridos pelas partes. Nessa oportunidade, faz lembrar à Unidade de que o artigo 468, II do CPC (Lei nº 13.015/2015) estabelece a possibilidade de substituição do perito, quando, sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe é assinado, bem como, traz as hipóteses de substituição do perito e suas penalidades, a saber, a comunicação da ocorrência à corporação profissional respectiva, com possibilidade de imposição de multa ao perito, fixada tendo em vista o valor da causa e o possível prejuízo decorrente do atraso no processo.

CTPS. Quando haja condenação para anotação de CTPS na sentença, sugere-se que seja determinado que os reclamantes apresentem o documento diretamente à reclamada, ou então, que as partes compareçam em data específica para realizar a anotação perante a Secretaria; na ausência da reclamada ao ato, a Secretaria deve proceder a anotação. Essas são práticas adotadas por algumas Unidades para reduzir as notificações expedidas e a manutenção desses documentos pela secretaria da Unidade, o que gera investimento de tempo na gestão de documentos. Mesmo que o Juízo entenda ser



necessária a anotação efetiva pela Secretaria, a gestora deve desenvolver essa competência em sua equipe, não centralizando essa tarefa.

Verifica-se que, ainda, são realizadas notificações iniciais por oficiais de justiça. A Corregedoria sugere a prática da notificação eletrônica, sobretudo, para as iniciais, aproveitando-se das audiências para fazer o convite às empresas para adesão e concessão de aceite expresso, bem como, valendo-se dos oficiais de justiça para a estimular. Registra-se que os endereços eletrônicos e aceites obtidos pelos oficiais de justiça devem ser compartilhados com a Unidade, a quem compete realizar a notificação inicial não pessoal. Aos oficiais de justiça compete realizar as notificações, apenas, de caráter pessoal. Quanto aos documentos que devem acompanhar a notificação e intimação eletrônica, a Corregedoria esclarece e orienta que seja gerada a chave de acesso correspondente a eles, valendo-se da anexação do expediente de “Certidão”, modelo “Certidão – Gerador de Hash”, que atende, plenamente, a essa necessidade. Quanto à comprovação de recebimento da notificação eletrônica, sugere-se a anexação do “print” do envio, sem, necessariamente, anexação de certidão ou, ainda, que a confirmação de recebimento seja armazenada em pasta própria e consultada, se diante da alegação de que não houve o recebimento da mensagem eletrônica. As atas de audiências, com redesignação de pauta, tem força de intimação para as testemunhas ausentes.

Triagem inicial. A pauta é manual e tem a seguinte composição, por sessão (uma sessão pela manhã e uma pela tarde): 2 instruções, 4 Unas de procedimento ordinário (processos sem perícia), 2 Unas de sumaríssimo e 3 iniciais (processos com perícia), seis sessões por semana, três para cada magistrado. Na ausência da juíza auxiliar, em licença-maternidade, a pauta foi realizada pelo magistrado titular da Unidade.

Não se adota a prática de conceder força de intimação à ata de audiência que, entregue ao advogado, faz o convite à testemunha da qual pretende a oitiva. Sugere-se que, neste caso, em audiência, seja emitida a referida intimação e entregue ao advogado da parte interessada para que envie às testemunhas faltantes. Na impossibilidade, inicialmente, deverá a Unidade utilizar a intimação simples, via postal. Somente no insucesso desta, deve valer-se da força de trabalho dos oficiais de Justiça.

b) Fase de Liquidação

Reunião com as equipes de liquidação de ambas as Unidades do Fórum para compartilhamento de conhecimento e de práticas, haja vista a diferença do prazo médio entre ambas: a Primeira Vara conta com 221 dias de prazo médio do início ao encerramento da liquidação, enquanto a Segunda conta com 374 dias de prazo.



Audiências de mediação, às terças e quartas-feiras, são realizadas seis audiências na 2ª Vara para processos nas fases todas, o que não ocorre na 1ª Vara do Trabalho, salvo na Semana Nacional De Conciliação.

Na 1ª VT, constata-se que a apresentação de cálculos com o depósito do valor incontroverso é bem sucedida, no caso de empresas sérias.

Na 2ª VT, aplica-se a prática da apresentação de cálculos pelo reclamante e posterior manifestação da reclamada. Constata-se que a Unidade tem feito testes com relação à prática da 1ª VT.

A inobservância de prazo pelos peritos contábeis demanda reunião de alinhamento de procedimentos, sobretudo para a observância do prazo, bem como, eventualmente, aplicação das cominações legais dispostas no art. 468 do CPC (Lei nº 13.015/2015).

Embora na 1ª VT tenha sido aventada a impugnação aos cálculos, discutindo repetidamente matérias já assentadas, a 2ª VT entende que as discussões trazidas decorrem da variação de entendimentos de magistrados.

Os cálculos do reclamante que não sofrem a impugnação pela reclamada são homologados na 1ª VT.

A Corregedoria orienta sobre a melhor prática para reduzir o prazo médio da fase de liquidação, bem como sugere que, após a triagem, sejam realizadas audiências de mediação nos feitos que baixam do TRT. Este procedimento pode ser organizado pelo calculista, entretanto, não basta a mera inclusão de todos os feitos em pauta de mediação: é necessário triagem de acordo com as características dos processos, das partes envolvidas e suas chances de realizar acordo. Caso seja de conhecimento do Juízo que as partes costumeiramente não se manifestam em relação às intimações para apresentação de cálculos, deverá ser dado o passo seguinte, reduzindo o tempo em que os processos aguardariam o decurso dos prazos. Outra sugestão é para verificação da possibilidade de se intimar a reclamada a apresentar seus cálculos e, ato contínuo efetuar o pagamento do que entende devido nesse momento, a fim de que a efetividade das decisões atenda mais rapidamente o Jurisdicionado.

c) Fase de Execução

Fase de execução e o lançamento de EXE15. A Corregedoria esclarece que, no tocante à solicitação de reserva de numerário, as Unidades solicitante e solicitada devem atentar-se à correta e necessária habilitação de devedores, certificação no EXE15 e atualização dos valores reservados. Assim, realizada a consulta e analisada a possibilidade de ter seu crédito satisfeito, a unidade solicitante expede o ofício para reserva de



numerário, enquanto a unidade solicitada, também, pode devolver o ofício, noticiando a insuficiência do crédito para satisfação da reserva solicitada.

d) Diretores e Assistentes

Junto aos diretores e seus assistentes das duas unidades do Fórum, foram reiterados os seguintes tópicos:

- depósito prévio de honorários periciais na conta bancária do “*expert*”;
- dispensa da notificação dos peritos de suas nomeações, porque, como auxiliar do juiz, tem conhecimento de sua nomeação bastando que acesse o seu próprio painel no Pje;
- notificações por e-mail, tão logo obtido o aceite da reclamada e mitigação de notificações por diligência de oficial de justiça;
- a imprescindibilidade de acompanhar e controlar a subcaixa “Razões Finais”, haja vista a Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais;
- apreciação da impugnação aos cálculos e de embargos à execução em que se aventa matéria restrita aos cálculos deve ser atribuída ao calculista da Unidade;
- análise de antecipações de tutela é atribuição própria de assistente de juiz;
- intensificar as práticas das audiências de mediação, como se constata na 2ª VT;

Especificamente para os gestores da 1ª VT, constata-se que a Unidade tem passivo na ordem de 2.633 processos, sendo o mais antigo com data 06/04/2015 (SAP) e 5/03/2016 (Pje), ou seja, superior à metade da média trienal (1.691 processos) de processos. Em face disso, a Corregedoria determina que a gestora aplique a modelagem de gestão de processos: a separação do fluxo em três (03) fases; cada fase organizada em células, nas quais são mapeadas as tarefas pertinentes, com base nas contagens do e-Gestão e nos normativos da Corregedoria; utilização do método concentrado; detecção dos fatores críticos de sucesso (identificação da melhor forma de realizar a tarefa). Feito isso, a Unidade deverá anexar o processômetro a cada 60 dias, a contar da publicação da presente ata, no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 2134/2017.



24 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não há.

25 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

25.1 – O MM. Juiz Titular está autorizado a residir fora da jurisdição (PA 0000903-38.2011.5.15.0897). Por sua vez, a Juíza Substituta Auxiliar Fixa LETÍCIA GOUVEIA ANTONIOLI reside na sede da circunscrição;

25.2 - O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com o Magistrado sobre eventual atraso na prolação de sentença.

25.3 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

25.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 2134/2017.

26 – ENCERRAMENTO:

No dia 20 de junho de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.